Extensão Universitária: Para quê?

Moacir Gadotti
Presidente de Honra do Instituto Paulo Freire
Professor aposentado da Universidade de São Paulo

A ideia da **curricularização** da extensão universitária não é nova. Ela apareceu primeiramente no Plano Nacional de Educação 2001-2010 em suas metas 21 e 23, instituindo a "obrigatoriedade de 10% dos créditos curriculares exigidos para a graduação, integralizados em ações extensionistas".

Essa obrigatoriedade reapareceu no PNE de 2014-2023, na sua **estratégia 7 da meta 12**, com a seguinte redação: "assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social".

Observe-se a existência de importante avanço entre a visão da Extensão Universitária do primeiro para o segundo PNE: o PNE de 2014 sustenta uma **visão mais popular e emancipatória**, representada pela prioridade que é data à atuação em "áreas de grande pertinência social".

Esse estudo objetiva refletir sobre as oportunidades que a nova centralidade da Extensão Universitária oferece para pensar a universidade como um todo, tendo a Educação Popular como referencial.

Ao escrever este artigo, inicialmente, dei o título *Curricularização da Extensão Universitária na perspectiva da Educação Popular*. Depois, lembrei-me de um grande amigo, Rubem Alves, que publicou, na Revista *Reflexão*, um artigo com o título *Pesquisa: para quê?* questionando a universidade a partir de suas pesquisas. Entendo que a curricularização da extensão também questiona o sentido da universidade. Seguindo o exemplo de Rubem Alves mudei meu título.

1. **Universidade, Sociedade e Extensão Universitária**

Se existe, na história da universidade brasileira, uma área que se preocupou em manter vínculos com a sociedade é, certamente, a extensão, mesmo tendo enfrentado enormes resistências face ao elitismo que marca a educação brasileira (SOUSA, 2000).

Como afirma Maria das Dores Pimentel Nogueira (2005), a Extensão Universitária surgiu na Inglaterra, no século XIX, como "educação continuada" (*Lifelong Education*), destinada à população adulta que não tinha acesso à universidade. No Brasil, o Decreto do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 não menciona a extensão como uma função da universidade, limitando-se a divulgação de pesquisas direcionadas para uma população mais instruída. Foi só no início da década de 1960 que a extensão como a conhecemos hoje, indissociável do ensino e da pesquisa, tomou corpo quando surgiram ações de compromisso com as classes populares, com a intencionalidade de conscientizá-las sobre seus direitos.

A universidade brasileira nasceu, tardiamente, na primeira metade do século XX e foi só a partir dos anos 1950 e 1960 que ela despertou para o seu compromisso social, muito por influência dos movimentos sociais, particularmente, com a participação da União Nacional dos Estudantes (UNE) com seu projeto *UNE Volante*, que previa uma mobilização nacional a partir de caravanas. Destaque-se, nesse período, o trabalho de Paulo Freire, criando o Serviço de Extensão Cultural, na Universidade do Recife, bem como o *Movimento de Cultural Popular* (MCP), o *Movimento de Educação de Base* (MEB) e o *Centro Popular de Cultura* (CPC) da UNE.

A reação a essas conquistas veio com o **golpe civil-militar de 1964**, que foi também um golpe contra a Educação Popular. Vários movimentos de jovens e adultos foram desmantelados e a representação estudantil eliminada. Mesmo assim, algumas iniciativas, como o Projeto Rondon, criado em

1966, tiveram um resultado positivo já que possibilitaram aos jovens estudantes universitários a vivência em comunidades rurais mais empobrecidas do país. Mas não avançou mais do que isso, dada a sua concepção assistencialista e cooptativa.

A Reforma Universitária de 1968 (Lei 5.540/68), estabeleceu que “as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes” (Artigo 20).

No final dos anos de 1970 e início de 1980, ressurgiram vários movimentos populares e organizações não-governamentais e sindicais que deram nova vida à Extensão Universitária na perspectiva da Educação Popular (BRANDÃO, 1982).

A criação do *Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras* - hoje “Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras” - o FORPROEX, em novembro de 1987, foi decisiva para o avanço que se deu a seguir. Para o FORPROEX a Extensão Universitária foi entendida como um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. Para o FORPROEX, A Extensão Universitária é "uma via de mão-dupla" entre Universidade e sociedade. O **saber acadêmico** e o **saber popular** se reencontravam.

Veio, depois, a **Constituição de 1988**, que consagrou o princípio da “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Artigo 207) e a LDB de 1996 (Lei no 9.394/96) que estabeleceu a Extensão Universitária como uma das finalidades da Universidade (Artigo 43). A transformação da Extensão Universitária num instrumento de mudança social e da própria universidade, tem caminhado junto com a conquista de outros direitos e de defesa da democracia.

Na prática, **duas vertentes** de Extensão Universitária têm se confrontado: uma mais assistencialista e outra não assistencialista, ou, como também se costuma dizer, uma prática extensionista e outra não extensionista.

A primeira entende a Extensão Universitária como a transmissão vertical do conhecimento, um serviço assistencial, desconhecendo a cultura e o saber popular. Basicamente essa concepção sustenta que “aqueles que têm, estendem àqueles que não têm. Essa visão assistencialista traz, pois, uma direção unilateral, ou seja, é uma espécie de rua de mão única: só vai da universidade para a sociedade. A mão inversa não é considerada. É interpretada como não existente. Logo, não se leva em conta o que vem da sociedade para a universidade, seja em termos da sociedade sustentando o ensino superior, seja em termos do próprio saber que a universidade elabora. Entretanto, para que a universidade se insira efetivamente na sociedade de modo consequente, é necessário que se considere a mão inversa também” (CALDERÓN, 2003: 37).

A segunda vertente entende a extensão como comunicação de saberes. É uma visão não assistencialista, não extensionista de Extensão Universitária. A proposta de Paulo Freire de substituição do conceito de extensão pelo de comunicação vai nesta linha. Ela se fundamenta numa teoria do conhecimento, respondendo à pergunta: como se aprende, como se produz conhecimento. Uma teoria do conhecimento fundamentada numa antropologia que considera todo ser humano como um ser inacabado, incompleto e inconcluso, que não sabe tudo, mas, também, que não ignora tudo.

Nessas últimas décadas, o FORPROEX atuou fortemente para superar o perfil mais assistencialista da extensão. Experiências considerando as necessidades da sociedade surgiram em numerosas Instituições de Educação Superior (IES), criando alternativas concretas com base no diálogo Universidade-Sociedade, construindo consensos em busca da superação da tradição assistencialista e produzindo conhecimento acadêmico e científico de alto nível em favor dos cidadãos (OLIVEIRA NETO et al, orgs., 2015).

“Mão dupla”, significa troca de saberes acadêmico e popular que tem por consequência não só a democratização do conhecimento acadêmico, mas, igualmente, uma produção científica, tecnológica e cultural enraizada na realidade. A extensão deve influenciar o ensino e a pesquisa e não ficar isolada deles, da universidade como um todo e dos anseios da sociedade, “entre-laçando” saberes e conhecimentos (SANTOS JÚNIOR, 2013). O projeto político-pedagógico institucional da Universidade precisa explicitar o que ela pensa sobre ensino, pesquisa, extensão, gestão e suas articulações.

2. **Nova centralidade da Extensão Universitária**

A primeira **Política Nacional de Extensão** data de 1975. Ela ampliou o rol de atividades de Extensão, incluindo cursos, serviços, difusão cultural, comunicação de resultados de pesquisas, projetos de ação comunitária com participação docente e discente. Nos anos seguintes, com a criação do FORPROEX, a Extensão Universitária passou a valorizar o reconhecimento do saber popular e a troca de saberes universidade-sociedade.

A LDB de 1996 (Lei 9.394/96), de acordo com o preceito constitucional de 1988, reforçou o princípio da **indissociabilidade** entre ensino, pesquisa e extensão. Entretanto, a práxis extensionista continuou desvinculada da função acadêmica: "historicamente, aquilo que ocorre no âmbito da universidade brasileira e não é caracterizado como ensino regular ou pesquisa, é definido como extensão. Por isso, temos a extensão como curso não regular, a extensão como serviço e prestação de serviço, a extensão efêmera como assistência, a extensão como responsabilidade social e a extensão como ação política" (ASSUMPÇÃO & LEONARDI, 2016: 462).

Em muitos casos, a Extensão Universitária foi assumida como prestação de serviços de caráter assistencial ou mercantil. Entraram em confronto paradigmas opostos de Extensão Universitária: um mais popular e outro mais elitista. Surgem, assim, diferentes **concepções** e **práticas** da Extensão Universitária (THIOLLENT; CASTELO BRANCO; GUIMARÃES; ARAÚJO FILHO, orgs., 2003).

O **Plano Nacional de Extensão Universitária**, que estabelece as **diretrizes** para a Extensão Universitária, a define como uma via de mão-dupla, mas isso é difícil de ocorrer na prática. O FORPROEX vai além, definindo a Extensão Universitária como uma "atividade acadêmica capaz de imprimir um novo rumo à universidade brasileira e de contribuir significativamente para a mudança da sociedade" (FORPROEX, 2001a).

Em 2012, o FORPROEX atualizou essa concepção de extensão apontando como **diretrizes** "a interdisciplinaridade e interprofissionalidade, a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão". Nas suas diversas manifestações o FORPROEX defende um papel inovador para a Extensão Universitária, capaz de promover uma interação transformadora entre universidade e sociedade. Entretanto, o ranço conservador e elitista, presente nas estruturas de algumas universidades têm colocado muitos **limites** a essa visão da Extensão Universitária. Como aponta o texto da **Política Nacional de Extensão Universitária**, aprovada pelo FORPROEX em Manaus, em maio de 2012, "o Brasil de hoje combina traços de seu passado conservador e autoritário com as inovações institucionais forjadas na luta pela redemocratização" (FORPROEX, 2012).

A visão da Extensão Universitária como espaço de disputa de um processo de mudança na prática acadêmica tem avançado e os resultados se fizeram sentir nas últimas décadas, com a criação de universidades como a Universidade Federal da Integração Latinoamericana (UNILA), a Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB), a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), entre outras.

O debate que precedeu a luta pelo atual PNE, particularmente nas Conferências Nacionais de Educação (2010 e 2014), acendeu a esperança de uma renovação e revalorização da Extensão Universitária com base em **práticas emancipadoras** superando o enfoque eminentemente centrado na difusão de conhecimento acadêmico para uma inserção maior na realidade social e política brasileira.

O que há de novo é que esse debate "pegou". Muitos veem na Extensão Universitária uma forma de responder à atual crise da universidade. É como se a Extensão Universitária pudesse iniciar um processo de transformação da universidade como um todo. A universidade que temos está muito centrada no ensino e na pesquisa e, por meio de um novo paradigma da Extensão Universitária, a própria universidade pudesse ganhar um novo sentido. A luta para garantir as conquistas do PNE tem estimulado muita gente a pensar numa visão emancipadora da Extensão Universitária no contexto da curricularização da Extensão instituída por ele.

Hoje, as conquistas do PNE estão em perigo. Nesse novo contexto, ressurge o movimento em defesa da democracia e da educação, retomando bandeiras históricas em relação à "questão da universidade", como dizia Álvaro Vieira Pinto (1962), lutando em favor de uma concepção emancipadora da universidade. A Extensão Universitária pode ser um ponto de partida desse repensar do projeto

político-pedagógico da universidade. A oportunidade, neste momento de crise, está sendo a discussão da curricularização da extensão em cumprimento da **estratégia 7 da meta 12** do PNE. A Extensão realiza, por excelência, o **sentido da universidade**, já que tem uma função integradora e articuladora da vida universitária como um todo. Como afirma Boaventura Souza Santos (2004: 53-54), "a área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de facto, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no curriculum e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação activa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural".

Os **desafios atuais**, no cumprimento do PNE, situam-se no campo da superação de uma visão academicista da universidade, para que ela consiga sair de seus muros, integrando, interdisciplinarmente, os saberes das comunidades. Nesse contexto, a discussão do currículo que queremos é fundamental, como afirmam Simone Loureiro Brum Imperatore e Valdir Pedde, professores da ULBRA e da FEEVALE, em estudo disponível na Internet (*"Curricularização" da extensão universitária no Brasil: questões estruturais e conjunturais de uma política pública*). Segundo esses autores, "para além de novos arranjos didático-metodológicos, a discussão é epistemológica, com vistas à construção de projetos sistêmicos, coesos e coerentes que deem conta das novas linguagens, imagens, lógicas, conceitos, experiências intersubjetivas, habilidades e competências cognitivas – convergência dos saberes necessária à institucionalização de uma nova mentalidade pedagógica, necessária ao atendimento das exigências da sociedade".

A **curricularização** da extensão faz parte, de um lado, da **indissociabilidade** do ensino, da pesquisa e da extensão na universidade, e, de outro, da necessária **conexão** da universidade com a sociedade, realçando o papel social da universidade, bem como a relevância social do ensino e da pesquisa.

Ainda persiste uma enorme dispersão teórica sobre o conceito de Extensão Universitária. Por isso, aclarar o que entendemos por extensão, é fundamental para caminhar nesse território decisivo para a necessária reforma da universidade e para a radicalização da democracia.

O conceito de Extensão Universitária encontra-se em profunda reformulação tanto no Brasil quanto em outros países (FARIA, org., 2001). As críticas dirigem-se tanto a práticas assistencialistas quanto a sua submissão ao mercado: questiona-se sobretudo a Extensão Universitária como prática separada do ensino e da pesquisa e a própria existência de pró-reitorias distintas. O que é promissor nesse debate é que a questão da Extensão Universitária está posta hoje e os caminhos estão abertos para que ela seja revalorizada como essencial para um projeto de universidade e de sociedade.

De que extensão estamos falando?

Essa foi a pergunta que Paulo Freire se colocou há mais de 50 anos.

3. **Concepção freiriana de Extensão Universitária**

De 1954 a 1964 Paulo Freire foi professor de *História e Filosofia da Educação* na Universidade do Recife – hoje Universidade Federal de Pernambuco - onde fundou, e depois dirigiu, o Serviço de Extensão Cultural daquela Universidade.

No concurso público para a cadeira de História e Filosofia da Educação Paulo Feire apresentou, em 1959, a tese *Educação e atualidade brasileira*, onde encontramos sua concepção de universidade democrática, comprometida com a problemática da comunidade, fomentadora de transformações sociais. Ele dizia que, por meio da extensão, poder-se-ia **redimensionar a Universidade dentro de um projeto popular de educação**. Segundo um de seus primeiros estudiosos, Jarbas Maciel, em artigo publicado na revista *Estudos Universitários* da Universidade do Recife, em junho de 1963, a extensão universitária fazia parte do chamado "Sistema Paulo Freire de Educação".

O golpe civil-militar de 1964 interrompeu os projetos de Paulo Freire no Brasil. Ele deixou o país, exilando-se no Chile, onde foi contratado para trabalhar no ICIRA (Instituto de Capacitação e Investigação em Reforma Agrária), órgão responsável pela extensão educacional no interior do programa de reforma

agrária.

Como resultado da reflexão crítica sobre essa sua prática, publicou o livro *Extensão e Comunicação?* A primeira edição saiu em 1967, pelo ICIRA, com prefácio de seu diretor, Jacques Chonchol. Nele, Paulo Freire, trata da estrutura da comunicação entre técnicos e camponeses no desenvolvimento da sociedade agrária. Ele opôs o conceito de "**extensão da cultura**" ao de "comunicação [illegible]obre cultura". Para ele, o primeiro é "invasor", enquanto o segundo promove a conscientização: "o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julgam não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações" (FREIRE, 1977: 36).

Paulo Freire destacou a importância da interação entre os camponeses e os agrônomos. Não se pode aprender, se o novo conhecimento é contraditório com o contexto do aprendiz. O educador-agrônomo que não conhece o mundo do camponês não pode pretender sua mudança de atitude. A intenção era enfatizar os princípios e fundamentos de uma educação que promove a prática da liberdade. Esta prática não pode ser reduzida a um simples suporte técnico, mas inclui o esforço humano para decifrar-se, decifrar os outros e o contexto onde se vive.

Para Freire a extensão tem sido entendida como transmissão, **transferência**, **invasão** e não como comunicação, como **co-participação dos sujeitos** no ato de conhecer. Diz ele (FREIRE, 1977: 22): "o termo extensão se encontra em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação etc. E todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase 'coisa', o negam como um ser de transformação do mundo. Além de negar, como veremos, a formação e a constituição do conhecimento autênticos. Além de negar a ação e a reflexão verdadeiras àqueles que são objetos de tais ações". Os seres humanos são seres essencialmente comunicativos. Impedir a comunicação é reduzir o ser humano à condição de coisa, de objeto, de sujeito sujeitado. A comunicação aparece em Paulo Freire como expressão da realidade existencial e ontológica e como relação social (LIMA, 1981: 75).

Freire entende a extensão como "**ação cultural**", o contrário da "**invasão cultural**". Por cultura ele entende o que fazemos, como práxis, como "ação transformadora" - transformar o meio natural em meio cultural - isto é, trabalho, seja ele material ou imaterial, social ou produtivo, manual ou intelectual.

Voltando do exílio, em 1980, trabalhando na PUC-SP e na Unicamp, ele retomou essa visão não extensionista da extensão universitária. Em vez de uma extensão voltada só para fora da universidade, ele a considerava como uma dimensão do ensino e da pesquisa: não voltar a extensão só para fora da universidade, mas, voltá-la também para dentro dela, para seu projeto político-pedagógico.

Vários estudos foram feitos a partir das primeiras intuições e experiências de Paulo Freire. Partindo da formulação de Freire, o estudo de Nedison Faria (1982), *Extensão universitária: desafio a uma educação conscientizadora* vê a extensão universitária como a prática pedagógica domesticadora. Defende o princípio de que a extensão, nos moldes em que é praticada, constitui um obstáculo a uma prática educativa conscientizadora.

Em outro estudo, *Extensão universitária: comunicação ou domesticação*? Roberto Mauro Gurgel (1986) estuda as vertentes históricas e os objetivos da extensão universitária no Brasil. Para ele, uma série de experiências foi realizada sendo três delas as que se destacam por terem ido além de uma situação local e episódica. São elas: o *Centro Popular de Cultura* (CPC), o *Serviço de Extensão Cultural* (SEC/UR) e a *Universidade Volante*. O CPC, iniciativa dos estudantes, chegou a desenvolver trabalhos de educação de adultos e a levantar a possibilidade de organizar a "Universidade da Cultura Popular". A Universidade Volante foi uma iniciativa do Departamento Cultural da Federal do Paraná e desta experiência surgiram as universidades estaduais de Maringá, Londrina e Ponta Grossa. Já o SEC da Universidade do Recife, em parceria com o Movimento de Cultural Popular (MCP), desenvolveu uma das experiências mais ricas de alfabetização de adultos, por meio de Círculos de Cultura, baseada numa metodologia de ensino e aprendizagem sistematizada por Paulo Freire. A experiência realizada nas cidades de Angicos (RN), Mossoró (RN) e João Pessoa (PB) serviu de referência para a elaboração do Programa Nacional de Alfabetização.

Um terceiro estudo é o de Renato Quintino dos Santos. *Educação e extensão: domesticar ou libertar?* (1986), prefaciado por Paulo Freire. O autor procura mostrar o significado da "educação

bancária" e da "extensão invasora" contrastando-as com a "educação problematizadora" e a "extensão como comunicação" de Paulo Freire.

Conforme destaca Sílvio Paulo Botomé (1996: 62), Paulo Freire critica "a direção das atividades extensionistas ser orientada pelo interesse e ocupações dos 'intelectuais' sem estabelecer vínculos apropriados de comunicação com a população 'não universitária'".

Paulo Freire não tinha uma visão mecânica da extensão, mas dialética. Enxergava suas limitações mas também suas possibilidades. Com afirma Reinaldo Matias Fleuri (1989: 44), como qualquer espaço social, a Extensão Universitária é também um lugar de contradições "onde se pode gestar um novo projeto de universidade articulado com o processo de transformação social".

Dois livros de Paulo Freire se complementam na compreensão dos **fundamentos** e pressupostos da Extensão Universitária na perspectiva da Educação Popular: o livro *Pedagogia do oprimido* (FREIRE, 1974), focado na categoria **diálogo**, e o livro *Pedagogia da autonomia* (FREIRE, 1996), aprofundando a noção de **autonomia**. O professor Ernani Maria Fiori foi o primeiro leitor dos manuscritos do livro *Pedagogia do oprimido* e resume a noção de autonomia a partir do título que dá ao prefácio deste livro: "aprenda a dizer sua palavra". No prefácio, Fiori destaca cinco teses relacionadas com a **autonomia**: 1) é tomando a palavra que o homem se faz homem; 2) ninguém se conscientiza sozinho; 3) o mundo se faz pelo trabalho; 4) a palavra verdadeira se faz ação transformadora do mundo: 5) aprender a ler é aprender a dizer a sua palavra.

Para Paulo Freire ninguém liberta ninguém. Todos nos libertamos juntos, em comunhão. Ele, como Karl Marx, sustentava que os trabalhadores precisam libertar-se por eles mesmos. Uma das categorias fundamentais da pedagogia do oprimido é a autodeterminação.

Autonomia não significa isolamento, auto-suficiência. A emancipação não é um ato isolado. Precisamos dos outros para nos completar. Daí a necessidade do diálogo. Não se pode entender o conceito de autonomia em Freire desvinculado do conceito de **diálogo**. Sua concepção de diálogo foi particularmente desenvolvida no capítulo terceiro do seu livro *Pedagogia do oprimido*. Aí ele estabelece cinco condições para o diálogo: o amor, a humildade, a fé nos homens, a esperança e o pensar crítico. Para Paulo Freire o diálogo se identifica com o próprio ato de educar.

O **Instituto Paulo Freire** (IPF) em seus 25 anos de existência, tem retomado o projeto originário de Freire em suas parcerias com as Universidades, propondo uma Extensão Universitária na perspectiva da Educação Popular. O IPF entende a extensão como um espaço de formação cidadã e de produção de conhecimento, além de ser um espaço privilegiado de interlocução com as comunidades, que oferece elementos para repensar o projeto político-pedagógico da universidade como um todo.

4. **Universidade e Educação Popular**

É difícil estabelecer uma data em que se pode dizer que a Educação Popular foi acolhida pela universidade. Recentemente essa questão foi colocada por e-mail a um grupo de educadores por uma educadora popular que está escrevendo uma tese de doutorado sobre a relação entre Universidade e Educação Popular, a professora Fernanda dos Santos Paulo, da Unisinos (RS), orientanda do professor Danilo Streck.

O professor **Osmar Favero** respondeu desta forma à enquete da Fernanda que perguntava "quando a Educação Popular foi acolhida pela Universidade": "Creio", escreve ele, "que, em um primeiro momento, no campo prático, a Educação Popular entrou na universidade pela extensão. No Nordeste, a Faculdade de Educação da UFC deve ter sido uma das primeiras a fazer isto. Creio também que o Pronera deu grande impulso a isto, nos anos de 1970". Mesmo antes, diz ele, "a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ijui (RS), criada em 1957, incorporou a assessoria aos movimentos populares desde os primeiros anos de seu funcionamento e, principalmente, a partir se 1964, na perspectiva da Educação Popular. Parece-me que a Unijui, foi uma das primeiras a oferecer sistematicamente cursos para os movimentos sociais da região, inclusive para o MST". Ele indicou, para maiores detalhes, os livros de Mário Osório Marques (1984; 2003).

Para Osmar Fávero, a educação popular, como uma perspectiva teórica, "entrou na universidade

pela pós-graduação, a partir do início dos anos de 1970, com as pesquisas do histórico dos movimentos e experiências feitas como base para dissertações e teses. São dessa fase os estudos pioneiros de **Celso de Rui Beisiegel** (2004; 2008) e **Vanilda Paiva** (1984; 1987). Osmar Fávero faz referência também a um artigo de **Oscar Jara**, "El reto de teorizar sobre la práctica para transformala", publicado no livro organizado por **Moacir Gadotti** e **Carlos Alberto Torres,** *Educação Popular: Utopia Latino-americana* (1994) no qual ele sustenta que a educação deve estar a serviço dos movimentos sociais populares.

Carlos Rodrigues Brandão escreveu para a professora Fernanda lembrando das "universidades populares" num sentido freiriano, dos anos 1960, "que incorporam cursos de educação popular em uma Universidade não-popular" e dá o exemplo da UFPA, onde "associaram cursos, faculdades, centros de estudo oficiais a questões e classes populares: pedagogia da terra, educação do campo etc., com extensão a grupos e comunidades tradicionais, como povos quilombolas, indígenas etc., que, por meio da pro-reitoria de pesquisa abrem espaços para o popular". Lembrou que a Universidade de Uberlândia, a PROEX (Pro-Reitoria de Extensão) respondia por atividades populares e publica uma revista de Educação Popular.

Paulo Freire deu importantes contribuições ao movimento da Educação Popular (ASSUMPÇÃO, org., 2009). São particularmente pertinentes para a Educação Popular alguns de seus **princípios político-pedagógicos**: a) teorizar a prática para transformá-la; b) reconhecer a legitimidade do saber popular; c) a pesquisa participante; d) a harmonização e interconexão entre o formal e não-formal; e) combinar trabalho intelectual com trabalho manual, reflexão e ação, a conscientização, o diálogo e a transformação.

As inspiradoras contribuições de Paulo Freire à Educação Popular continuam muito atuais, constantemente reinventadas por novas práticas sociais, culturais e educativas, entre elas, a) a politicidade inerente ao ato educativo; b) a recusa ao pensamento fatalista neoliberal; c) uma pedagogia comprometida com a cidadania ativa; d) a ética como referencial central da busca pela radicalização da democracia.

Para Paulo Freire, a Educação Popular "se delineia como um esforço no sentido da mobilização e da organização das classes populares com vistas à criação de um **poder popular**" (in: Torres, org., 1987: 74) [...]. Eu diria que o que marca, o que define a educação popular não é a idade dos educandos, mas a **opção política**, a prática política entendida e assumida na prática educativa" (in: Torres, org., 1987: 86-87).

Paulo Freire, quando foi Secretário de Educação em São Paulo (1989-1991) **instituiu a educação popular como política pública**, com propostas e projetos como o MOVA-SP (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo). Os meios de comunicação das elites criticaram muito sua gestão, mas, ela deixou um grande legado e repercute, até hoje, em muitas municipalidades. A gestão de Paulo Freire inspira, até hoje o grande movimento por uma **Política Nacional de Educação Popular**.

A Educação Popular tem hoje a cara dos **movimentos sociais** (GOHN, 2009), lutando por moradia, pelo acesso à terra, por direitos humanos, ecologia, saúde, emprego, diversidade étnica, racial, de gênero, sexual etc. A Educação Popular como modelo teórico reconceituado pode oferecer grandes alternativas tanto para a educação formal quanto para as universidades, aqui entendida como um paradigma, como uma **concepção geral de educação** e não, simplesmente, como a **educação das classes populares.**

Com frequência nos perguntam: **pode a universidade ser popular?**

Uma universidade é popular, segundo Paulo Freire, por aquilo que ela diz e por aquilo que ela faz em relação ao poder. Uma universidade é popular pelo seu projeto de universidade, pelos seus currículos, pelos seus conteúdos, pelas formas e métodos de trabalhá-los, pelas suas escolhas. Como já nos alertava o sociólogo **Florestan Fernandes**, um dos grandes defensores da educação pública com caráter popular nos anos 60, "democratizar o ensino não significa apenas expandir a rede de escolas, mantendo os padrões elitistas e o privilégio social. O ensino precisa ser democrático na sua estrutura, na mentalidade dominante, nas relações pedagógicas e nos produtos dos processos educacionais" (FERNANDES, 1960: 163). O que dá grandeza às universidades, sustentava ele, não é o que se faz dentro delas, é o que se faz com o que elas produzem.

"Universidade Popular" é um conceito rico de histórias e significações. Os primeiros movimentos que poderiam ser chamados de "populares" em relação ao Ensino Superior, nasceram no século 19, questionando o elitismo da universidade e exigindo sua democratização. No início do século 20 surgem, como alternativa ao elitismo, as "Universidades operárias", universidades dos trabalhadores. **Antonio Gramsci** se formou numa delas. As **Universidades populares** se espalharam pela Europa, questionando

menos o sentido da universidade e mais o acesso restrito a elas. Na América Latina temos o pioneirismo da conhecida reforma da Universidade de Córdoba (1918). O movimento estudantil de Córdoba propunha uma Extensão Universitária processual, comprometida com mudanças sociais, enfatizando a relação entre universidade e sociedade, entre universidade e povo, fortalecendo a função social da Universidade.

Hoje temos no Brasil fortes movimentos como o chamado "Movimento pela Universidade Popular" (MUP), lutando pela educação como direitos e não como mercadoria ou serviço. Exemplos não faltam de lutas por universidades populares como a "Escola Nacional Florestan Fernandes", um centro de educação e formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), inaugurada em 2005 (FERNANDES, 2007), em Guararema (SP) e o Instituto Universidade Popular (UNIPOP), de Belém, que nasceu, em 1991, da mobilização de entidades e movimentos sociais comprometidos com a teologia da libertação, como espaço plural de formação de lideranças populares.

A universidade sempre foi entendida como o lugar onde poucos chegam. Ela deveria ser "superior", acima de todos e não para todos. Popular seria "para todos" e, então, a universidade popular deixaria de ser "superior". Muitos não concordam, até hoje, que ela seja "para todos".

Uma universidade popular deveria ser de todos, mas não só. A qualificação de "popular" não se limita apenas às classes chamadas populares, já que essa qualificação dirige-se a "todos". Uma universidade é popular não só porque abre o acesso a todos, mas porque tem uma concepção popular de educação. Como sustentam José Eustáquio Romão e Adriana Salete Loss (ROMÃO & LOSS, 2013: 98) "o qualificativo 'popular' não é fácil de ser claramente compreendido, seja porque o termo é polissêmico e sua aplicação a uma instituição que apresenta várias dimensões é muito complexa, seja por causa de sua estrutura e funcionamento, como é o caso da universidade. Será preciso verificar como esse qualificativo se objetiva nas concepções e nos procedimentos de cada uma das mencionadas dimensões".

No Brasil, estamos discutindo mais o **acesso** do que o **sentido** da universidade. Não se questionam os fins do ensino superior, mas apenas o acesso a ele. Incluir não é emancipar. Não se coloca em questão para que serve a universidade: para emancipar ou domesticar? Tratamos mais de **meios** do que dos **fins** da educação.

Para ser popular a universidade precisa deixar de ser elitista e autoritária. Para ser popular ela precisar deixar de excluir os "filhos do povo" como dizia Paulo Freire. Mas não basta que os filhos do povo tenham acesso ao ensino superior. É preciso que eles tenham as condições de aí permanecer. Porque podem ser incluídos na entrada e excluídos na saída quando não têm condições de permanecer nela.

Os significativos avanços com a adoção de **políticas afirmativas**, da última década, são direitos que hoje estão ameaçados. Ou a universidade se adapta a essa nova realidade e se repensa para esse novo público ou vai continuar culpando esses novos alunos pelo que chama de "baixa qualidade". Aqui a discussão dos fins é essencial. Há um novo público na universidade, com novas exigências, entre elas a de que a educação deve ter qualidade social.

A maioria desse novo público, proveniente das políticas de ação afirmativa e de acesso ao financiamento do Ensino Superior, é atendido mais por uma **Universidade de Massas**, massificada, populista, formando uma massa despolitizada para servir ao mercantilismo. Oferece um ensino pobre para pobres, reproduzindo a visão de mundo do colonizador, colonizando mentes e corações. Chamar a Universidade de Massas de **Universidade Popular** é um completo disparate. Aqui "popular" é sinônimo de "precariedade". Na Universidade Popular a excelência é para todos e todas. Qualidade para poucos não é qualidade. É privilégio.

A Universidade brasileira continua "em busca de sua identidade" (FÁVERO, 1977). Projetos de universidade estão em disputa. Defender a Universidade Popular é defender um projeto de universidade que incentive o pensamento crítico e reflexivo, que vincule as lutas acadêmicas às lutas populares, que lute pela democratização do conhecimento e isso pode começar na Extensão Universitária, concebida a partir do paradigma da Educação Popular.

5. **Por que curricularizar a Extensão Universitária?**

Porque a extensão não pode ser entendida como um apêndice, de forma isolada, entre as funções

da universidade. Ela deve ser incluída como parte indissociável do ensino e da pesquisa nas práticas pedagógicas de todos os currículos. A educação precisa ser integral e não fragmentada (ANTUNES & PADILHA, 2010). O princípio da **integralidade** é fundamental na Extensão Universitária. É preciso conectar as três funções da universidade para que a educação seja integral. O currículo não é a soma de um conjunto de disciplinas. Ele traduz um projeto político pedagógico integrado. Por isso, um dos principais desafios da curricularização da Extensão está na superação de uma prática fragmentada de pequenos projetos por uma prática integral e integradora.

Desde os anos 60, a Extensão Universitária avançou muito e agora, com o PNE, temos mais uma oportunidade de avançar ainda mais. Em nossos debates, no Instituto Paulo Freire e em outros espaços, verificamos que muitos estudantes e professores fazem com dedicação atividades de extensão. Entretanto, essas iniciativas, muitas vezes, são pouco reconhecidas. O debate no interior da universidade sobre o papel da extensão tornou-se, hoje, ainda mais premente, no momento em que o PNE nos convoca a curricularizá-la. Precisamos responder à pergunta: que extensão queremos para construir a universidade que sonhamos. Qual é nosso projeto de extensão?

O chamado "**currículo por projetos**", enquanto teoria curricular crítica e modalidade de currículo integrado, com sua característica interdisciplinar (HERNADEZ & VENTURA, 1998), tem sido apontado (ARANTES-PEREIRA, 2012) como uma estratégia básica para superar uma visão linear, fragmentada e disciplinar do currículo e promover uma visão integrada, global e emancipatória do conhecimento. O currículo por projetos "requer novas formas de organização para além da tradição curricular fundamentada na separação das disciplinas" (FRANCO, 2008: 148). Isso é correto, mas, nossa perspectiva curricular emancipatória deve ir além, enfatizando a necessidade de construir o currículo a partir do que as comunidades vivem, do que as pessoas já sabem, do que é significativo para elas, nas suas diferentes identidades, como sustenta o FORPROEX na "Carta de São Bernardo" (FORPROEX, 2016) que "defende de forma intransigente a necessidade de manutenção e ampliação das ações de extensão que valorizam e apoiam as afirmações das identidades raciais, sociais, de gênero e de território das populações vulneráveis".

A curricularização não se dará sem uma **metodologia** de programas e projetos fundamentada numa teoria do conhecimento que supõe a interdisciplinaridade, a aprendizagem significativa (Paul Auzubel), a autonomia (Paulo Freire), a avaliação formativa, a "dodiscência" (Paulo Freire). O "currículo por projetos" – organização do currículo por projetos de trabalho – que organiza o currículo por eixos, módulos e temas e fundamentado numa teoria curricular crítica, é uma dessas metodologias apropriadas à Extensão Universitária. O professor deixa de ser um "lecionador" para ser um "organizador da aprendizagem" (DOWBOR, 1998).

A aprendizagem, para ser eficaz, deve ser significativa e pessoalmente relevante, a partir da qual o estudante organiza a construção do seu conhecimento. Como sustenta o educador norte americano Paul Auzubel (1918-2008), o fator mais importante que influi na aprendizagem é aquilo que o aluno já sabe. Para ele, a aprendizagem se torna significativa quando uma nova informação se encaixa numa estrutura cognitiva prévia (ARAGÃO, 1976). Por isso, diz ele, o fator isolado mais importante que influencia a aprendizagem é aquilo que o aprendiz já conhece. Entretanto, não basta que a aprendizagem seja significativa: é preciso que ela seja crítica e reflexiva, como sustenta Paulo Freire que concorda com Paul Auzubel quanto à importância de partir do que o educando já sabe. Daí a importância da "dodiscência".

Um dos temas chaves da curricularização da extensão é a questão da **avaliação**. No XVI Encontro Nacional do FORPROEX realizado em João Pessoa, no ano 2000, foram definidos alguns **pressupostos da avaliação** da extensão. São eles: demonstrar a qualidade do que se produz na extensão; abranger todas as ações da extensão: programas, projetos, eventos, cursos, produções acadêmicas e prestações de serviço; propiciar a credibilidade do que a extensão produz, no contexto interno e externo; ser contínua, processando-se no decorrer das atividades; ser qualitativa e quantitativa, realizada pela comunidade universitária e pela sociedade; ter seus resultados considerados no planejamento e na tomada de decisão das IES nas áreas de ensino, extensão e pesquisa. Sugeriram-se também algumas **etapas/fases** de hierarquização no processo de avaliação: "avaliação diagnóstica"; "avaliação de desempenho político institucional"; "avaliação de programas/projetos"; "avaliação de impacto".

Para o FORPROEX, a relação entre ensino e extensão "supõe transformações no processo

pedagógico" da universidade. A produção do conhecimento "deve ser capaz de contribuir com a melhoria das condições da vida da população. Nesse sentido, é de fundamental importância "a avaliação da sociedade sobre o papel da universidade, bem como o impacto da ação extensionista na transformação da própria universidade, que pode ser percebido pelo estabelecimento de novas linhas de pesquisa, criação de estágios e novos cursos" (FORPROEX, 2001).

As **Instituições Comunitárias de Educação Superior** (ICES) têm conquistado significativos avanços na Extensão e na Educação Popular. As ICES já organizaram 16 Fóruns de Extensão (FOREXT) visando qualificar sua extensão, ampliando a participação da comunidade acadêmica em projetos de extensão. As ICES têm seu próprio Fórum, o *Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior*, o **FOREXT**, criado no ano 2000. Em suas Assembleias Anuais, discute as práticas e as políticas de extensão, bem como a sua organização, a gestão e a avaliação. As ICES têm defendido a **especificidade** das Universidades Comunitárias, Filantrópicas e Confessionais frente às Universidades privadas.

A ICES têm uma trajetória de experiências voltadas para a **Educação Popular** maior do que as universidades privadas e maior compromisso social, defendendo uma Extensão Universitária inovadora e transformadora. Não entendem a Extensão Universitária apenas como uma prestação de serviços extramuros. O perfil dessas universidades pode ser reconhecido pelo caráter das atividades de extensão que realizam na interação com as comunidades locais. O caráter comunitário da extensão resulta da sua identidade e missão, alicerçadas no compromisso com a justiça social. Daí essas atividades vincularem-se prioritariamente às necessidades regionais com ênfase em projetos direcionados para os segmentos mais excluídos.

No texto *Extensão nas Instituições Comunitárias de Ensino Superior: Referenciais para a construção de uma Política Nacional de Extensão nas ICES*, discutido no XX Encontro Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições Comunitárias (FOREXT), realizado em 2013, depois de historiar as experiências de Extensão Universitária no Brasil, sustenta-se que as ICES têm, em sua história, "uma trajetória de experiências voltadas à Educação Popular, marcadas profundamente pela atuação de docentes e discentes junto aos movimentos populares e pelo seu envolvimento e compromisso junto a segmentos da Igreja com a população pauperizada e excluída (...). Nesse sentido, a extensão é uma atividade-fim da ICES que envolve uma ação pedagógica e cultural que amplia a visão de mundo da comunidade acadêmica e apresenta a realidade além-muros para que a aprendizagem seja mais criativa e atraente nas cadeiras curriculares. Também contribui para a formação de profissionais cidadãos, tecnicamente competentes e comprometidos com uma sociedade mais justa e fraterna".

E não estamos sozinhos nesta tarefa. Temos referenciais sólidos para pensar a curricularização na perspectiva da Educação Popular.

6. **Recorrer aos clássicos para pensar a universidade do futuro**

Antes de mais nada é preciso realçar o **caráter polissêmico**, complexo e diverso, do conceito de curricularização, como o conceito de currículo. Entretanto, toda vez que se fala em curricularizar a extensão pensa-se logo num processo que busca potencializar o envolvimento de todos os estudantes e professores em atividades curriculares institucionais. O **foco** sempre volta-se para a **comunidade externa**: os estudantes precisam se envolver com atividades de extensão relacionadas aos componentes curriculares do seu curso.

Trata-se de incorporar nos currículos a lógica da extensão que possibilita o diálogo entre os saberes e conhecimentos disciplinares dos cursos universitários e as questões mais amplas que permeiam a sociedade. A extensão universitária, por isso mesmo, deve ter um **caráter interprofissional**, **interdisciplinar** e **intertranscisciplinar**. Uma Extensão Universitária de "intencionalidade emancipatória" (FAGUNDES, 2009), pode impactar a formação e a ação profissional dos estudantes universitários que, porque aí podem viver suas teorias aprendidas na academia. A extensão aproxima o aluno das demandas da sociedade, fortalecendo sua formação cidadã. Para o aluno, a extensão é também o lugar do reconhecimento e aceitação do outro e da diversidade. Curricularizar a extensão vai obrigar a universidade

a repensar suas concepções e práticas de extensão, o currículo e a própria universidade.

Existe, desde sempre, uma tensão entre **concepções opostas** de universidade e de currículo, uma realçando mais o caráter da universidade como prestadora de serviços ou de certificação para o trabalho e outra voltada mais para a educação como um bem público. A primeira voltada mais para o **mercado** e a segunda voltada mais para a **cidadania**. Pode-se dizer que temos duas visões de mundo opostas da universidade: uma visão mercantil e uma visão pública, uma visão "bancária" e uma visão problematizadora, emancipatória. A primeira realça apenas os aspectos da formação profissional e científica sem discutir aspectos significativos da atividade do profissional no mundo do trabalho e da cultura. A segunda busca associar essa formação para o mundo do trabalho com uma formação cidadã mais ampla, uma formação geral.

Curricularizar a Extensão Universitária implica aproximar a universidade dos grandes desafios da sociedade, particularmente os desafios da Educação Básica, do desenvolvimento nacional, dos movimentos sociais, das esferas públicas. O currículo não deve ser entendido como um "apêndice" do processo educativo. Ele é resultado de um "caminho percorrido" (significado da palavra "currículo") da própria educação, que implica escuta, reflexão, elaboração teórica e práxis. Uma política de extensão não extencionista é um grande desafio para a universidade. Trocar ideias com experiência já realizadas, refletir criticamente sobre elas, torna-se necessário para que não se comece tudo de novo.

Com que **referências** podemos contar para pensar a Universidade e a Extensão Universitária que queremos?

Lembro apenas algumas delas para introduzir o tema. Lembro de **Anísio Teixeira**, defendendo que "a educação não é um privilégio" (TEIXEIRA, 1957). Lembro de **Álvaro Vieira Pinto**, colocando a "questão da universidade" (VIEIRA PINTO, 1962). Os livros de **Darcy Ribeiro** (1969;1986), *A universidade necessária* e *Universidade, para quê* e de **Florestan Fernandes** (1975), *Universidade: reforma ou revolução*, **Marilena Chauí** (2001), *Escritos sobre a universidade*, são os clássicos que devemos retomar e discutir pensando num projeto popular para a universidade brasileira. Incluiria ainda, nesta lista incompleta: **Paulo Freire** (1959), *Educação e atualidade brasileira*, **Maurício Tragtenberg**, 1974, *Burocracia e Ideologia*, **Maria de Lurdes Fávero** (1977), *Universidade brasileira em busca de sua identidade*, **Rubem Alves** (1980), *Conversas com quem gosta de ensinar*, e **Milton Santos** (2000), *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*.

A adoção de políticas de **ações afirmativas** nas Universidades Brasileiras, na última década, teve um enorme impacto social. Mais do que o Mercado, a referência da universidade popular e da educação deve ser a cidadania. O Mercado tem sido muito pouco inclusivo. Ele pratica mais a seleção, a hierarquização, quando não o preconceito, a discriminação e a exclusão. No Brasil ele está ainda mais atrasado do que em outros países mais desenvolvidos, que já estabeleceram metas de inclusão também para as empresas.

Felizmente, graças à essas políticas, o perfil do universitário brasileiro está mudando mais rapidamente do que o perfil das empresas e do sistema público. Daí a importância da universidade continuar e aprofundar sua política de inclusão com qualidade social. Este é um debate fundamental para todas as universidades brasileiras. É no interior da velha universidade que a nova universidade pode nascer, sabendo-se que o velho sempre resiste ao novo.

Defendendo uma relação íntima da **ciência** com a **sociedade**, Freire fez uma crítica aberta ao falso dilema "*humanismo x tecnologia*". Necessitamos inovar em direção do equilíbrio e da harmonia entre o desenvolvimento técnico-tecnológico e a visão humanista da sociedade. Integrar e articular o Mundo do Trabalho e o Mundo da cultura. É o que apontam nossos grandes referenciais da educação brasileira.

Os **novos profissionais** da sociedade que usa intensivamente o conhecimento e as novas tecnologias da informação, necessitam de formação elevada no campo da tecnologia e no campo da formação geral que os habilite a participar do mundo do trabalho com autonomia, criatividade, iniciativa, capazes de continuar aprendendo ao "longo da vida", como defende a Unesco.

7. **Como implementar a curricularização da Extensão Universitária?**

Como vemos, nós temos referenciais para pensar a Extensão Universitária a partir de uma perspectiva da Educação Popular. Mas, como iniciar a implementação da curricularização nessa perspectiva?

A resposta a esta questão não é simples.

Paulo Freire nos ensinou que devemos partir da leitura do mundo, da leitura da realidade, dos problemas concretos da comunidade que se apresentam sempre como um “todo”. Ele gostava muito do livro *Dialética do concreto* de Karel Kosik (1976) que tratava do tema da “totalidade”. Eu acrescentaria o conceito de “complementaridade” (PICHON-RIVIÈRE, 1988), o conceito de “complexidade” (MORIN, 2000) e de “ecologia de saberes” (Boaventura Souza Santos) para iniciar a caminhada por uma Extensão Universitária Popular.

Nosso método de trabalho tem sido o **Método Paulo Freire** aplicado ao desafio da Extensão Universitária, inseparável de sua teoria do conhecimento, de sua filosofia educacional e de uma antropologia que a fundamenta. Existe uma vasta literatura sobre isso, facilmente acessível (BRANDÃO, 1981; FEITOSA, 1999; LIMA,1965; MANFREDI, 1981). Paulo Freire trabalhou de forma intertranscultural e intertransdisciplinar. Sua visão transdisciplinar repercutiu em públicos muito diversos, atravessado tanto as fronteiras geográficas quanto as fronteiras das ciências e das profissões. Paulo Freire escreveu para educadores e não-educadores, para médicos, científicas sociais, para físicos, estudantes, pais e mães, operários, camponeses e outros. Pessoas muito diferentes se encontraram no que ele escreveu, se identificaram com o seu ponto de vista, ressoando nos mais diversos ambientes, seja na academia, seja na sociedade. Sindicatos, igrejas, movimentos sociais e populares foram responsáveis por uma grande difusão e debate de suas ideias, servindo de guia para a ação transformadora.

Um projeto de extensão nesta perspectiva supõe um conjunto de atividades inter-relacionadas que se realizam num dado território para resolver determinadas problemáticas por meio de estratégias explícitas. Por isso, partir da **análise crítica** das práticas de extensão no território e mapear todas as articulações que a Universidade tem com a sociedade, é fundamental. A extensão é também a universidade no território. O **território** deve ser entendido aqui como um campo de estudo e de intervenção e, ao mesmo tempo, como um espaço de diálogo da universidade com a sociedade.

A Extensão Universitária pode tornar-se **articuladora das políticas territoriais**, mas, para isso, precisa incorporar os “saberes de experiência feitos” (Paulo Freire) das comunidades, muitas vezes silenciados, subalternizados e até marginalizados pela academia. A Extensão Universitária na perspectiva da Educação Popular precisa começar pela descolonização das mentes no interior das próprias universidades.

Com que **instrumentais** podemos implementar a curricularização da Extensão Universitária?

Essa foi uma das preocupações que se colocou a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ela avançou para além do projeto político pedagógico, particularmente no campo da **avaliação** e da **creditação** da Extensão, demonstrando como as atividades de extensão podem ser creditadas nos currículos de graduação, mostrando, passo a passo como fazer isso.

Algumas perguntas devem ser feitas em qualquer projeto de curricularização da extensão, tais como: “que ações de Extensão Universitária são consideradas para fins de creditação curricular?”; “Como cadastrar uma ação de extensão?”. O sucesso de um programa da Extensão Universitária depende muito da adequada resposta a essas perguntas práticas. Um rol de outras perguntas mais frequentes pode ser encontradas no *Guia de creditação da extensão na UFRJ* (BENETTI, SOUSA e SOUZA, 2015). E não são poucas: são 38. Facilita muito a montagem de um Programa de Extensão, o **mapeamento** de todas as ações desenvolvidas e localizadas num *Mapa da Extensão* como o que se encontra no site da **UFRJ**.

Destaque-se ainda a notável experiência da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Uberlândia (**UFU**), que tem como princípio básico a efetiva interação dialógica com a Sociedade, seja para se situar historicamente, seja para se identificar culturalmente ou para referenciar sua formação acadêmica. A UFU mantém, há mais de 15 anos, a *Revista de Educação Popular*, priorizando abordagens e análises que tratam sobre a produção nos campos da educação, da saúde e da cultura populares. A extensão universitária na UFU segue os princípios da

articulação das ações entre a universidade e a sociedade, atuando de forma interativa, desencadeando processos de troca entre saber popular e acadêmico e aplicando metodologias participativas, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população.

No campo das **Universidades Comunitárias** quero destacar o Programa de Extensão Universitária da **UNESC** (Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina) com o sugestivo nome de "*Território Paulo Freire*" no qual estão presentes as duas categorias freirianas apontadas acima: **diálogo** e empoderamento das comunidades por meio de uma pedagogia da **autonomia**, inter e multidisciplinar. Sua metodologia prioriza a ida ao território e enfatiza temáticas dos direitos humanos, a sustentabilidade ambiental, a inclusão social e digital, o tema da juventude, da saúde da mulher etc.

Esse Programa lembra o que a **UFRB** (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) está desenvolvendo, principalmente em relação a área da saúde pública. Eu acredito que uma Extensão Universitária na perspectiva freiriana hoje, deveria partir justamente do território, como fazem essas duas universidades, enfrentando os desafios básicos da saúde, da educação, da juventude, da mulher, da sustentabilidade, dos direitos humanos.

A **Política Nacional de Extensão**, desde 1999, estabeleceu como **diretrizes**: "impacto e transformação", "interação dialógica", "interdisciplinaridade" - nós diríamos "intertransdisciplinaridade" e "intertransculturalidade" (PADILHA, 2004; 2012) e "indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão". Como podemos traduzir essas diretrizes numa visão popular da educação? Eis a questão que devemos nos colocar na hora em que estamos nos propondo a defender a **curricularização da Extensão Universitária na perspectiva da Educação Popular.**

Para a implementação de nossas propostas devemos indicar "como" podemos avançar a partir de nossos pressupostos político-pedagógicos de construção de uma universidade voltada para as necessidades da maioria da população brasileira. Pensar que existem instâncias a serem convencidas de nossas ideias tais como o Conselho Universitário, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e outros. Que precisamos mexer em **instrumentos legais** como o Estatuto da Universidade, o Regimento Geral, o Plano de Desenvolvimento Institucional, Resoluções, Portarias, Editais, entre outros.

As universidades têm **instâncias** que precisam se manifestar em toda e qualquer mudança. São elas que aprovam as ações de extensão, os programas de bolsa para alunos, as formas de financiamento da Extensão Universitária, as formas de participação do aluno nas ações de extensão, o aproveitamento curricular do aluno pela participação em projetos, a valorização da participação do docente nas ações de extensão, as formas de participação da comunidade externa no processo decisório da extensão, as formas de participação de docentes nas ações de extensão, as formas de participação do corpo técnico-administrativos nas ações de extensão etc.

Os **campos de atuação** da Extensão Universitária são imensos e muito diversos, dependendo de que área estamos falando: ciências exatas, ciências humanas, ciências biológicas, ciências da Terra etc. Pode-se atuar no campo da formação, cultura, meio ambiente, na construção de conhecimento interdisciplinar, na qualificação profissional, na EJA, na transferência de tecnologia, desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, inovação, desenvolvimento institucional e novas tecnologias, práticas cidadãs em ambientes escolares, estágios e iniciação científica, criação de laboratórios e observatórios, desenvolvimento local rural... só para abrir um cenário de possibilidades.

A criação de **projetos de extensão** como componentes de cada disciplina, devem ser construídos em diálogo entre professor, alunos e comunidades. Pode-se trabalhar com o protagonismo infanto-juvenil, com a atuação em movimentos sociais, com direitos humanos, esporte, cultura e lazer, formação continuada. Devemos nos centrar, prioritariamente, no levantamento e atendimento a **necessidades** de emprego, renda, moradia, empoderamento das comunidades, tecnologias sociais, saúde, transporte, justiça e segurança, nutrição, enfim, na qualidade de vida, no bem viver das populações mais empobrecidas.

Temos ainda que vislumbrar a produção artística, a sustentabilidade, a educação na cidade, a cidadania, a cidade educadora, a pedagogia social, popular e comunitária.

Tudo isso precisa estar articulado num **projeto de extensão** para evitar pulverização de esforços, como vimos. Temos que prever a participação social, o controle social, a transparência, inclusão e diversidade, incubação de projetos e inovações, formação de conselhos e de conselheiros em direitos

humanos, cooperativismo agroecologia, empreendedorismo, planejamento, gestão etc. As ações de extensão devem ser sempre integradas e integradoras.

Os alunos precisam conhecer o entorno da universidade, ir até os lugares mais empobrecidos. Precisam conhecer as favelas, prisões, hospitais, escolas, igrejas... precisam descobrir *in loco* como vivem os brasileiros, as mulheres, as crianças, os doentes, os idosos. A realidade, o mundo é nosso primeiro grande educador.

Os **desafios** da Extensão Universitária são enormes. Aqui vale a escuta aberta, a criatividade, a imaginação. Não há um campo melhor e mais gratificante e inovador para o trabalho acadêmico do que na Extensão Universitária.

8. **Perspectivas da curricularização da extensão em tempos de ameaças à democracia**

A Extensão Universitária tem sido uma das áreas que mais se organizou e se fortaleceu nas últimas décadas. O **Congresso Brasileiro de Extensão Universitária** (CBEU), maior encontro brasileiro de Extensão Universitária em Instituições Públicas de Ensino Superior, criado em 2002, reúne professores, técnicos e alunos que integram o quadro de ações de extensão. Em 2016, uma ação conjunta entre a Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP) e a Pró-reitoria de Extensão da UFOP, realizou, em Ouro Preto MG) sua sétima edição com o tema *Inovação e emancipação: valores humanos, tecnológicos e ambientais*.

Entendendo que "emancipar é inovar" em direção à liberdade, o evento abriu as portas para dialogar sobre "os valores que orientam essas ideias no âmbito da extensão" (http://www.cbeu.eventsystem.com.br/anais.). O CBEU tem privilegiado discussões sobre Tecnologias Sociais, Extensão e Inclusão Social, Comunicação social, Direitos Humanos e Justiça, Educação e cidadania, Preservação e sustentabilidade do meio ambiente, Promoção da saúde, O mundo do trabalho e o Mundo da Cultura, entre outros.

A **Articulação Nacional de Extensão Popular** (ANEPOP), criada em 2005, como o próprio nome diz, sustenta uma concepção e prática populares de Extensão Universitária (MELO NETO, 2014). Desde o terceiro CBEU, realizado em Florianópolis, a ANEPOP vem protagonizando, em parceria com outros coletivos de Educação Popular, a construção da ***Tenda Paulo Freire de Extensão Popular*** onde são desenvolvidos "debates, rodas de conversa, socialização de trabalhos, místicas e vivências, além de exposição de trabalhos dos projetos de extensão e movimentos sociais, representando mais uma conquista nos esforços de aumentar a participação estudantil e dos movimentos populares na organização dos eventos de extensão" (www.extensaopopular.blogspot.com/).

A ANEPOP vem se consolidando como uma articulação nacional de Extensão Popular, criando canais de troca de experiências e reflexões entre os atores envolvidos com a Extensão Universitária, pensando e fazendo Extensão Universitária no contexto de uma mudança mais profunda da sociedade, a partir do referencial da Educação Popular (CRUZ et al. orgs., 2013). A Extensão Popular, "advinda da entrada da Educação Popular na universidade, se configura como uma possibilidade concreta de estar com os setores populares, através do esforço e desejo de dialogar com esses sujeitos. A extensão, quando realizada na perspectiva da Educação Popular, busca a construção de ações geradoras de leitura de mundo, capacidade crítica e emancipação. Os resultados são identificados no processo, na constante formação, construção e transformação da realidade e dos sujeitos envolvidos" (ASSUMPÇÃO & LEONARDI, 2016: 443).

Entretanto, apesar desses avanços, as **perspectivas** para a Extensão Universitária brasileira hoje não são nada promissoras a julgar pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX), que se reuniu em São Bernardo do Campo, dia 13 de maio de 2016. Na ocasião o FORPROEX lançou uma "Carta de São Bernardo do Campo", na qual manifestou seu "descontentamento com os desdobramentos da crise política e econômica no país e suas consequências para os direitos civis, políticos e sociais da maioria da população" bem como com a "fragilização das liberdades democráticas no desenvolvimento das ações acadêmicas e administrativas das instituições públicas de ensino superior". O Fórum "defende de forma intransigente a necessidade de manutenção e ampliação das ações de extensão que valorizam e apoiam as afirmações das identidades raciais, sociais, de

gênero e de território das populações vulneráveis". Ele manifestou-se "em favor da rigorosa observação da legalidade e dos Princípios Constitucionais", posicionando-se "contra todos os atos que relativizam os direitos fundamentais e conquistas sociais, que se pautam na adoção de práticas autoritárias, verdadeiros atos antidemocráticos de força, justificadas em nome da "ordem pública" e das práticas de exceção a serviço de interesses políticos particularistas" (FORPROEX, 2016). O que aconteceu depois, dá toda credibilidade à Carta de São Bernardo do Campo.

O recado está dado por aqueles que mais intensamente se envolveram, nos últimos anos, com os desafios da Extensão Universitária no Brasil. A luta não é só em favor da Extensão Universitária, mas pela garantia das conquistas alcançadas no **Plano Nacional de Educação**, no **Plano Nacional de Cultura**, no **Programa Nacional de Direitos Humanos**, entre outras.

O **desafio da curricularização** da extensão, no momento político que estamos vivendo, é enorme. A saída é política: construir um projeto político popular. Precisamos de **formação política** para que a população consiga distinguir os interesses de classe em jogo, como fizeram, no passado, nossas grandes referências, como Florestan Fernandes para quem, "o principal elemento na condição humana do professor é o cidadão. Se o professor não tiver em si a figura forte do cidadão, acaba se tornando instrumental para qualquer manipulação" (FERNANDES, 1986: 21-22). Não há como ficar indiferente à conjuntura que vivemos hoje. Uma conhecida frase de Florestan Fernandes resume bem o seu pensamento a respeito: "ou os estudantes se identificam com o destino do seu povo, com eles sofrendo a mesma luta, ou se dissociam dele, e neste caso, serão aliados de quem explora o povo". O mesmo vale para os professores.

Precisamos ter **um pé dentro e um pé fora** da universidade. Precisamos buscar apoio nas mobilizações populares. Precisamos denunciar a manipulação dos meios de comunicação. A resposta à direita golpista se dará nas ruas, com unidade das forças de esquerda. A saída que eu vejo é caminhar com o povo para a esquerda, caminhar mais com os movimentos sociais, por meio de uma educação cidadã crítica. Resistir e lutar é preciso.

Estamos assistindo a marcha acelerada de um projeto de **transformações estruturais regressiva**s no campo econômico, social, político e cultural, comprometendo direitos já conquistados. Diante dessa marcha acelerada precisamos construir um novo projeto de esquerda que responda ao socialismo do século XXI (político, econômico e social), que volte a entusiasmar a juventude pelo gosto da política, tão atacada hoje pelo movimento conservador e fascista.

Em resumo, estamos vivendo num país onde a **democracia foi aprisionada e a educação sitiada**. **A Constituição de 88 foi rasgada**. Tivemos **significativos avanços** que agora estão ameaçados.

Nosso grande desafio político pedagógico é conseguir ultrapassar essa onda conservadora e recriar a esperança num projeto de sociedade justa e solidária, mobilizando sobretudo a juventude e utilizando ao máximo o poder mobilizador das redes sociais. Precisamos de novas trincheiras da democracia e da cidadania, valorizando a inclusão, a diversidade, a criatividade.

Diante desse **retrocesso mental e civilizatório** que vivemos, precisamos cada vez mais de debates políticos na universidade. A universidade precisa urgentemente ser protagonista e não ter medo de se expor, de enfrentar as ameaças à democracia. Ao retrocesso devemos responder com a radicalização da democracia.

Não será nada fácil. Reconstruir historicamente um projeto de sociedade de iguais, debaixo para cima, nunca foi fácil. E nunca será. Mas, não vejo outro caminho. Não vejo outra saída.

Referências bibliográficas

ALVES, Rubem, 1980. *Conversar com quem gosta de ensinar*. São Paulo: Cortez.

ANTUNES, Ângela e PADILHA, Paulo Roberto, 2010. *Educação cidadã, educação integral: fundamentos e práticas*. São Paulo: Instituto Paulo Freire.

ARAGÃO, Rosália M. R. 1997. *Teoria da aprendizagem significativa de David P. Ausubel: sistematização dos aspectos teóricos fundamentais*. Campinas: Unicamp (Tese de Doutorado).

ARANTES-PEREIRA, Carolina, 2012. *Processo de Formação de Professores Universitários engajados no Currículo por Projetos da Proposta Integral de Educação Emancipatória da UFPR Litoral*. São Paulo: PUC-SP (Tese de Doutorado).

ASSUMPÇÃO, Raiane (org), 2009. *Educação popular na perspectiva freiriana*. São Paulo: Instituto Paulo Freire.

ASSUMPÇÃO, Raiane Patrícia Severino e Fabricio Leonardi LEONARDI, 2016. "Educação popular na universidade, uma construção a partir das contradições, reflexões e vivências, a partir do PET (Programa de Educação Tutorial) educação popular da UNIFESP-Baixada Santista". In: Revista *E-Currículum*, v. 14, n. 02, p. 437-462 abr./jun.2016. São Paulo: PUC-SP. (http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum).

AZAMBUJA, Leonardo, 1997. "A extensão universitária na UNIJUÍ". In: *Cadernos da Avaliação Institucional*. Ijuí: UNIJUÍ, no 12, 1997, p. 43-45.

BARROS, Roque Spencer Maciel de (org), 1960. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. São Paulo: Pioneira.

BEISIEGEL, Celso de Rui, 2004. *Estado e Educação Popular*. Brasília: Liber.

BEISIEGEL, Celso de Rui, 2008. *Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. Brasília: Liber.

BENETTI, Pablo Cesar, Ana Inês SOUSA e Maria Helena do Nascimento SOUZA, 2015. *Guia de creditação da extensão na UFRJ*. Rio de Janeiro: UFRJ.

BENINCÁ, Dirceu (org), 2011. *Universidade e suas fronteiras*. São Paulo: Outras Expressões.

BOTOMÉ, Silvio Paulo, 1996. *Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária*. Petrópolis: Vozes; São Carlos: UFCAR; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, 1981. *O que é Método Paulo Freire*. 18 ed. São Paulo: Brasiliense.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, 1982. *Educação popular*. São Paulo: Brasiliense.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio, 2003. "Extensão universitária: institucionalização sem exclusão". In: *Revista Educação Superior*. Piracicaba: EDUNIMEP, v. 53, p.36-38.

CATANI, Denice Barbosa e outros (org), 1986. *Universidade, escola e formação de professores*. São Paulo: Brasiliense.

CHAUÍ, Marilena, 2001 *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: UNESP.

CHAUÍ, Marilena, 2003. "A universidade pública sob nova perspectiva". In *Revista Brasileira de Educação*, nº 24, set/out/nov/dez 2003.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro et al (orgs), 2013. *Educação popular na universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop)*. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Universitária UFPB.

DOWBOR, Ladislau, 1998. *A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis: Vozes.

FAGUNDES, Maurício César Vitória, 2009. *Universidade e projeto político-pedagógico: diálogos possíveis fomentando formações emancipatórias*. São Leopoldo: Unisinos (Tese de doutorado).

FARIA, Dóris Santos de (org), 2001. *Construção conceitual da extensão universitária na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. 1977. *A universidade brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis, Vozes.

FEITOSA, Sônia Couto Souza, 1999. *Método Paulo Freire: princípios e práticas de uma concepção popular de educação*. São Paulo: FEUSP (Dissertação de Mestrado).

FERNANDES, Florestan, 1960. "A democratização do ensino". In: BARROS, Roque Spencer Maciel de (org), 1960. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. São Paulo. Pioneira, pp. 162-164.

FERNANDES, Florestan, 1975. *Universidade Brasileira: reforma ou revolução*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega.

FERNANDES, Florestan, 1986. "A formação política e o trabalho do professor". In: CATANI, Denice Barbosa e outros (org), 1986. *Universidade, escola e formação de professores*. São Paulo: Brasiliense, pp. 13-17.

FERNANDES, Florestan, 1989. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez

FERNANDES, Heloísa, 2007. *Em busca da universidade pública e popular: a Escola Nacional Florestan Fernandes*. Mimeo, março de 2007.

FLEURI, Reinaldo Matias, 1989. *Educação popular e universidade*. Piracicaba: UNIMEP.

FORPROEX, 2001. *Avaliação nacional da extensão universitária*. Brasília: MEC/SEB/UFPR/UESC-BA.

FORPROEX, 2001a. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Ilhéus: Editus.

FORPROEX, 2012. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Porto Alegre: UFRGS.

FORPROEX, 2016. *Carta de São Bernardo.* São Bernardo: FORPROEX.

FRANCO, Elize Keller, 2008. *Currículo por projetos: inovação do ensinar e aprender na Educação Superior*. São Paulo: PUC-SP (Dissertação de Mestrado).

FREIRE, Paulo, 1959. *Educação e atualidade brasileira*. Recife: Universidade do Recife.

FREIRE, Paulo, 1962. "O professor universitário como educador". In: *Revista de cultura da Universidade do Recife*. Recife, v.1, pp. 45-47, julho/setembro 1962.

FREIRE, Paulo, 1974. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo, 1977. *Extensão e comunicação?* Rio de Janeiro, Paz e Terra.

FREIRE, Paulo, 1996. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

GADOTTI, Moacir & Carlos Alberto Torres, orgs. 1994. *Educação popular: utopia latino-americana*. São Paulo: Cortez/Edusp.

GOHN, Maria da Glória, 2009. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez.

GURGEL, Roberto Mauro, 1986. *Extensão Universitária: comunicação ou domesticação*. São Paulo: Cortez/Autores Associados/ UFC.

HERNADEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat, 1998. *A organização do currículo por projetos de trabalho*. Porto Alegre: Artes Médicas.

KOSIK, Karel, 1976. *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra.

LIMA, Lauro de Oliveira, 1965. “Método Paulo Freire, processo de aceleração da alfabetização de Adultos”. In: Lauro de Oliveira Lima, 1965. *Tecnologia, Educação e Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 175-203.

LIMA, Venício Artur de, 1981. *Comunicação e cultura: as ideias de Paulo Freire*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MANFREDI, Sílvia Maria, 1981. *Política e educação popular: experiências de alfabetização no Brasil com o Método Paulo Freire – 1960/1964*. São Paulo: Cortez.

MARQUES, Mario Osorio, 1984. *Universidade emergente: o ensino superior brasileiro em Ijuí*. Ijuí: UNIJUÍ.

MARQUES, Mario Osorio, 2003. *Francisco de Assis e a Educação Popular na UNIJUÍ*. IJUÍ: UNIJUÍ.

MELO NETO, José Francisco de, 2014. *Extensão Popular*. 2. ed. João Pessoa: UFPB.

MORIN, Edgar, 2000. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org), 2005. *Políticas de Extensão Universitária Brasileira*. Belo Horizonte: UFMG.

OLIVEIRA NETO, Luttgardes de, Marcelo Carbone Carneiro e Paulo Noronha Lisboa Filho (org). 2015. *Universidade e sociedade*. São Paulo: Cultura Acadêmica.

PADILHA, Paulo Roberto, 2004. *Currículo intertranscultural: novos itinerários para a educação*. São Paulo: Cortez e Instituto Paulo Freire.

PADILHA, Paulo Roberto, 2012. *Educar em todos os cantos: reflexões e canções por uma educação intertranscultural*. São Paulo: Instituto Paulo Freire.

PAIVA, Vanilda (org). 1984. *Perspectivas e dilemas da Educação popular*. Rio de Janeiro: Graal.

PAIVA, Vanilda (org). 1987. *Educação popular e Educação de adultos*. São Paulo: Loyola.

PICHÓN-RIVIÈRE, Enrique, 1988. *Processo Grupal*. São Paulo: Martins Fontes.

RIBEIRO, Darcy, 1969. *A universidade necessária.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

RIBEIRO, Darcy, 1986. *Universidade, para quê?* Brasília: UnB.

ROMÃO, José Eustáquio e Adriana Salete LOSS, 2013. "A Universidade Popular no Brasil. In: SANTOS, Eduardo, Jason Ferreira MAFRA e José Eustáquio ROMÃO (org). 2013. *Universidade Popular: teorias, práticas e perspectivas*. Brasília: Liber, pp. 81-123.

SANTOS JÚNIOR, Alcides Leão, 2013. *A extensão Universitária e os entre-laços de saberes.* Salvador: UFBA (Tese de doutorado).

SANTOS, Boaventura Souza, 2004. A *Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez.

SANTOS, Eduardo, Jason Ferreira MAFRA e José Eustáquio ROMÃO (org). 2013. *Universidade Popular: teorias, práticas e perspectivas*. Brasília: Liber.

SANTOS, Milton, 2000. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record.

SANTOS, Renato Quintino dos, 1986. *Educação e Extensão: domesticar ou libertar?* Petrópolis: Vozes.

SILVA, Maria de Fátima, 2006. *Universidade popular comunitária (UPC): da solidão à solidariedade - tramas de educação e trabalho*. Cuiabá: UFMT (Dissertação de mestrado).

SOUSA, Ana Luiza Lima, 2000. *A História da Extensão Universitária*. Campinas, SP: Alínea.

TEIXEIRA, Anísio, 1957. *Educação não é privilégio*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.

THIOLLENT, Michel; CASTELO BRANCO, Alba Lúcia Castelo; GUIMARÃES, Regina Guedes Moreira; ARAÚJO FILHO, Targino de (org). 2003 *Extensão Universitária: conceitos, métodos e práticas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

TORRES, Rosa Maria (org). 1987. *Educação popular: um encontro com Paulo Freire*. São Paulo: Loyola.

TRAGTENBERG, Maurício, 1974. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo: Ática.

VIEIRA PINTO, Álvaro, 1962. *A questão da universidade*. Rio de Janeiro, UNE/Editora Universitária.